



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27223 - DF (2021/0000558-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : YASMIM FERRAZ SIMOES DE FARIA  
**ADVOGADO** : NATALIA FERRAZ SIMÕES NUNES - RJ183076  
**IMPETRADO** : MINISTRO DA CASA CIVIL  
**IMPETRADO** : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
**IMPETRADO** : MINISTRO DA SAÚDE  
**INTERES.** : UNIÃO

### **DECISÃO**

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por YASMIM FERRAZ SIMÕES DE FARIA contra ato praticado pelos MINISTRO DA CASA CIVIL, MINISTRO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA E MINISTRO DA SAÚDE, consubstanciado na edição da Portaria interministerial n. 648, de 23 de dezembro de 2020.

Sustenta que iria passar 14 dias em CANCUN com o namorado e amigos e, para tal fim, aduz que foi alugada uma casa, contudo, ao fazer a conexão no dia 3/1/2021 na Cidade do México, a impetrante foi detida pela imigração, sob o argumento, segundo sua narração, de que os documentos de aluguel da casa em CANCUN não estariam em seu nome.

Narra que foi privada do uso de seus bens pessoais e que já estava há mais de 48 horas detida pela imigração do México.

Contudo, em 4/1/2021, foi liberada a sua deportação para o Brasil, mas, na hora do embarque, alega que entraram em contato com o pai de seu namorado para avisar que ela não iria mais embarcar e iria continuar detida na imigração, uma vez que o Brasil exige o teste negativo da covid-19 para retorno ao país. Alega que a imigração do México não libera a impetrante para sair da área restrita e se dirigir a um laboratório para realizar o teste.

Requer que seja concedida a liminar para que a autoridade brasileira competente entre em contato com a imigração mexicana, bem como com empresa aérea AEROMÉXICO, permitindo o regresso da impetrante sem a apresentação do exame negativo de covid-19, uma vez que é impossível de ser realizado, já que não é liberada da área restrita de deportação para tal exame.

Às fls. 28-33, apresentou memorial para reforço do pleito de concessão de liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro os benefícios da gratuidade da justiça.

Preliminarmente, indefiro o pedido de citação da empresa aérea AEROVIAS DE MÉRIXO S.A. C VAEROMÉXICO, uma vez que, no mandado de segurança, a parte passiva é a pessoa jurídica de direito público a cujos quadros pertence a autoridade apontada como coatora, e não empresa privada que não está em exercício de atribuição pública, nos restritos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Não é cabível o deferimento de tal pleito, portanto.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *mandamus*; e o *periculum in mora*, evidenciado ante a possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que a fumaça do bom direito não está evidenciada, uma vez que não há um lastro probatório mínimo que permita realizar uma análise que leve à concessão da liminar.

Não foram colacionadas aos autos provas inequívocas pré-constituídas do que fora alegado, não há uma comprovação documental mínima de que a impetrante tentou entrar no México, que foi detida, não foi juntada nenhuma documentação referente aos bilhetes aéreos, nem comprovante acerca do alegado recolhimento na imigração e de posterior deferimento da deportação para o Brasil ou de que foi impedida de realizar o teste para saber se está infectada pela covid-19, como também não há procuração nos autos. Há apenas foto do passaporte, uma cópia de *e-mail* direcionado ao endereço eletrônico [cgmexico@itamaraty.gov.br](mailto:cgmexico@itamaraty.gov.br), uma cópia de *e-mail* advindo do endereço eletrônico [atogrusupervisores@aeromexico.com](mailto:atogrusupervisores@aeromexico.com) e uma reportagem referente a brasileiros que tentam regressar ao Brasil sem o cumprimento da portaria interministerial em foco.

Diante da ausência de prova pré-constituída do alegado, vê-se a ausência inequívoca de direito líquido e certo neste momento apto a justificar a propositura da presente ação constitucional, o que não impede que, posteriormente, possa haver a reanálise do pleito caso sejam colacionadas provas documentais comprobatórias da narrativa realizada.

De toda sorte, importa asseverar que a não demonstração de um dos requisitos já impõe o indeferimento na liminar, e esse é o caso dos autos, porquanto não demonstrada a probabilidade de êxito do *writ*. A Portaria interministerial n. 648, de 23/12/2020, possui a seguinte redação:

Art. 7º As restrições de que trata esta Portaria não impedem a entrada de estrangeiros no País por via aérea, desde que obedecidos os requisitos migratórios adequados à sua condição, inclusive o de portar visto de entrada, quando este for exigido pelo ordenamento jurídico brasileiro.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, o viajante de procedência internacional, brasileiro ou estrangeiro, deverá apresentar à companhia aérea responsável pelo voo, antes do embarque:

I - documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR**, para rastreio da infecção pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, com resultado negativo ou não reagente, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque, observando os seguintes critérios:

a) o documento deverá ser apresentado no idioma português, espanhol ou inglês;

b) o teste deverá ser realizado em laboratório reconhecido pela autoridade de saúde do país do embarque;

c) na hipótese de voo com conexões ou escalas em que o viajante permaneça em área restrita do aeroporto, o prazo de setenta e duas horas será considerado em relação ao embarque no primeiro trecho da viagem;

d) o viajante que realizar migração que ultrapasse setenta e duas horas desde a realização do teste **RT-PCR** deverá apresentar documento comprobatório da realização de novo teste com resultado negativo ou não reagente para o coronavírus **SARS-CoV-2** no **check-in** para o embarque à República Federativa do Brasil;

e) a criança com idade inferior a doze anos que esteja viajando acompanhada está isenta de apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR** desde que todos os acompanhantes apresentem documentos comprobatórios de realização de teste laboratorial com resultado do teste **RT-PCR** negativo ou não reagente para o coronavírus **SARS-CoV-2** realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque;

f) crianças com idade igual ou superior a dois e inferior a doze anos que estejam viajando desacompanhadas deverão apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR** com resultado negativo ou não reagente para o coronavírus **SARS-CoV-2**, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque;

e

g) crianças com idade inferior a dois anos estão isentas de apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR** para viagem à República Federativa do Brasil; e

II - comprovante, impresso ou por meio digital, do preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante - DSV nas setenta e duas horas que antecederem o embarque para a República Federativa do Brasil com a concordância sobre as medidas sanitárias que deverão ser cumpridas durante o período que estiver no País.

O mencionado ato coator tem por base recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, bem como os diversos protocolos sanitários e de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2(covid-19), cuja declaração de emergência internacional foi editada pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

Podem ser citados ainda: a) a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, previsto no inciso VI do **caput** do art. 4º da Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018;

b) a Portaria n. 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; c) os incisos V e XXII do § 1º do art. 3º do Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020.

Em meu sentir, não é razoável possibilitar o embarque de passageiros sem atender às restrições impostas excepcional e temporariamente pelas autoridades tidas como coatoras, em detrimento da coletividade, especialmente considerando o cenário que vem vivenciando o País, com o impacto epidemiológico causado pelo coronavírus, pois as medidas adotadas não desbordam – em uma primeira análise – dos critérios técnicos necessários para manutenção da saúde e segurança públicas.

A propósito, veja-se precedente do STF:

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – AGENTE POLÍTICO – HONRA DE TERCEIRO. Ante conflito entre a liberdade de expressão de agente político, na defesa da coisa pública, e honra de terceiro, **há de prevalecer o interesse coletivo, da sociedade, não cabendo potencializar o individual.** (RE n. 685.493, relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, repercussão geral, DJe de 17/8/2020.)

Ressalte-se que, no caso concreto, a referida portaria impõe restrições de modo genérico e abstrato, com regras objetivas e gerais, não havendo nenhum direcionamento antecipado, de maneira direta, imediata e pessoal, a nenhum destinatário concretamente individualizado.

Por conseguinte, vê-se que não decorre diretamente de tal dispositivo legal nenhuma ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública, a justificar a impetração de mandado de segurança, nos termos do art. 5º, LXIX, da CF, tendo em vista que o caso concreto cuida tão somente de norma genérica e abstrata, que possui presunção de constitucionalidade até decisão judicial em sentido contrário, na via processual adequada. Assim, não foi demonstrado o *fumus boni iuris*.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

De acordo com a certidão de fl. 23, não há procuração outorgada ao advogado subscritor da petição inicial. Assim, intime-se a parte impetrante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize a representação processual.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente